**Parcelamento Especial para Empresas em Recuperação Judicial**

Qual a documentação necessária?

Documentos gerais para solicitar parcelamento perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB):

- requerimento de Parcelamento de Débitos perante a RFB, conforme [Anexo I](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=52427) da Instrução Normativa RFB nº 1.891, de 14 de maio de 2019;

-Documento de constituição da pessoa jurídica ou equiparada, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis por sua gestão;

- Cópia autenticada do documento de identificação do titular de empresa individual ou do(s) representante(s) legal(is) indicado(s) no ato constitutivo; ou do procurador legalmente habilitado, se for o caso;

- Se o requerimento for assinado por procurador, cópia autenticada de procuração com poderes específicos para parcelamento ou confissão de dívida, pública ou particular;

-Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) que comprove o pagamento da 1ª (primeira) prestação, de acordo com o montante confessado e o prazo pretendido.

Se houve interesse em indicar créditos, anexar no requerimento os valores dos créditos, Prejuízo Fiscal ou base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Se o interessado for Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) terá direito a um prazo de parcelamento 20% (vinte por cento) maior. A opção pela quantidade de parcelas diferenciada deverá ser informada no requerimento.

**Documentos específicos:** Cópia da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial. Se ainda não deferido o processamento da recuperação judicial, cópia da petição inicial de recuperação judicial devidamente protocolada.

O requerimento será assinado pelo devedor ou pelo responsável pela pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Caso o juiz tenha afastado o devedor ou o(s) administrador(es) da pessoa jurídica por ocasião do deferimento da recuperação judicial, os documentos serão assinados pelo gestor judicial que assumirá a administração das atividades do devedor ou pelo administrador judicial, quando a assembleia-geral de credores ainda não tenha deliberado pela escolha do gestor (arts. 64 e 65 da [Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm)).

Se **já deferido** o processamento de recuperação judicial deve ser apresentado:

**a)** documento de identificação do administrador judicial, se pessoa física, ou do representante legal do administrador judicial, se pessoa jurídica, ou ainda do procurador legalmente habilitado, se for o caso;

**b)** no caso de administrador judicial pessoa jurídica, deve ser apresentado o termo de compromisso de que trata o art. 33 da Lei nº 11.101, de 2005; e

**c)** cópia da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial.

Se **ainda não deferido** o processamento da recuperação judicial, deve ser apresentada:

- cópia da petição inicial de recuperação judicial devidamente protocolada.

Na hipótese de **inclusão de débitos que se encontram sob discussão** administrativa ou judicial, deve ser apresenta cópia da petição de desistência da impugnação, do recurso interposto ou da ação judicial e cópia da petição do pedido de renúncia, devidamente protocoladas.

O que mudou a partir de 21 de janeiro de 2021?

A [Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14112.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.112%2C%20DE%2024%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202020&text=Altera%20as%20Leis%20n%20os,empres%C3%A1rio%20e%20da%20sociedade%20empres%C3%A1ria.), alterou o art. 10-A da [Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10522.htm) e as principais alterações, válidas a partir de 21 de janeiro de 2021 foram:

1. Aumento do prazo de parcelamento para 120 (cento e vinte) meses;
2. Redução do valor inicial das prestações mediante alterações na sistemática de cálculo;
3. Criação de nova modalidade de parcelamento que possibilita a inclusão de tributos passíveis de retenção na fonte e o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) retido e não recolhido ao Tesouro Nacional;
4. Retirada da obrigatoriedade de inclusão de débitos em discussão administrativa ou judicial.

O contribuinte poderá desistir de parcelamento em recuperação judicial em curso e optar pelo parcelamento com as novas regras da Lei nº 14.112, de 2020, sem perda dos descontos e benefícios concedidos no primeiro (§ 3º do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 2002).

Vale destacar que o art. 10-A da Lei nº 10.522, de 2002, instituiu a modalidade de parcelamento para pessoas jurídicas em recuperação judicial. O débito tributário sob responsabilidade de empresário ou sociedade empresária, que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial (nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 2005), poderá ser parcelado em até 120 (cento e vinte) parcelas, no caso de débitos não previdenciários, ou 60 (sessenta) parcelas, para débitos previdenciários (Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019).

Quais as modalidades de parcelamento para demais débitos (fazendários)?

1. Parcelamento em até 120 (cento e vinte) vezes (inciso V do art. 10-Ada Lei nº 10.522, de 2002);

2. Parcelamento em até 84 (oitenta e quatro) vezes, com uso de Prejuízo Fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL (inciso VI do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 2002);

3. Parcelamento em até 24 (vinte e quatro) vezes, quando se tratar de tributos retidos: IOF, IRRF e Contribuição Previdenciária do Segurado em Darf (inciso VI do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 2002).

Quais são as modalidades de parcelamento para débitos previdenciários?

1. Parcelamento em 60 (sessenta) vezes, para contribuição patronal e terceiros (inciso V do art. 10-Ada Lei nº 10.522, de 2002);

2. Parcelamento em 60 (sessenta) vezes, para contribuição patronal e terceiros, com uso de Prejuízo Fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL (inciso VI do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 2002);

3. Parcelamento em 24 (vinte e quatro) vezes, para tributos retidos de natureza previdenciária: contribuição previdenciária do segurado (art. 10-B da Lei nº 10.522, de 2002).

Em qual código devo pagar meu parcelamento?

I- Darf 5947 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos não Previdenciários Recolhíveis Originialmente em Darf - Até 120 Parcelas ou até 84 Parcelas com Utilização de PF e BCN da CSLL;

II – Darf 5976 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Tributos Retidos/Descontados Recolhíveis Originalmente em Darf (IOF, IRRF, Contribuição Previdenciária) - Até 24 parcelas;

III – Darf 5982 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos Patronais Recolhíveis Originalmente em Darf (Previdenciário e Contribuição Devida por Lei a Terceiros) - Até 60 Parcelas;

IV – Darf 6005 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos Patronais Recolhíveis Originalmente em GPS (Previdenciário e Contribuição Devida por Lei a Terceiros) - Até 60 Parcelas; ou

V – Darf 6011 - Parcelamento - Recuperação Judicial - Débitos Retidos/Descontados Recolhíveis Originalmente em GPS (Contribuição Previdenciária) - Até 24 parcelas.

### Quadro-Resumo

| **Modalidade** | **Débitos** | **Recolhíveis Originalmente** | **Prestações** | **Código do Darf para parcelamento** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Débitos não Previdenciários | Demais Débitos | Darf | até 120x | Darf 5947 |
| Darf | até 84x com utilização de PF e BCN da CSLL |
| Débitos Retidos / Descontados: IOF, IRRF, Contribuição Previdenciária | Darf | até 24x | Darf 5976 |
| Débitos Previdenciários | Patronais e Contribuição Devida por Lei a Terceiros | Darf (\*) | até 60x | Darf 5982 |
| Darf (\*) | até 60x com utilização de PF e BCN da CSLL​ |
| GPS | até 60x | Darf 6005 |
| GPS | até 60x com utilização de PF e BCN da CSLL |
| Contribuição Previdenciária retida / descontada | GPS | até 24x | DArf 6011 |

(\*) Para o parcelamento de tributos declarados em DCTFWeb.

Aonde protocolo o pedido de parcelamento?

O requerimento do parcelamento deverá ser apresentado presencialmente em qualquer Unidade de Atendimento da RFB.

Como calcular a primeira parcela?

Sugere-se que o próprio contribuinte calcule a 1ª (primeira) parcela do parcelamento conforme orientações abaixo. Durante a análise preliminar do processo as equipes especializadas analisarão se o valor e código de recolhimento estão corretos**, podendo ser necessário complementar ou retificar o pagamento**. Dessa **forma é essencial que o contribuinte acompanhe seu processo e efetue o pagamento complementar (quando necessário) no prazo, sob pena de ter seu parcelamento indeferido**. Mensalmente o contribuinte deverá calcular, emitir e pagar sua parcela.

Os pagamentos para o parcelamento da recuperação judicial serão realizados sempre em Darf, ainda que tributo seja recolhido em Guia da Previdência Social (GPS) – **para o parcelamento o contribuinte deverá sempre pagar em Darf.**

## **Como Calcular as Parcelas**

**Exemplo de Cálculo**

Dívida Consolidada – R$ 1.000.000,00

Quantidade de parcelas

1- Em até 120 prestações (não previdenciários) ou 60 prestações (previdenciários):

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Dívida Consolidada** | **Percentual (%)** | **Valor da parcela** | **Valor pago** |
| **1ª à 12ª** | R$ 1.000.000,00 | 0,5 | R$ 5.000,00 | R$ 60.000,00 |
| **13ª à 24ª** | R$ 1.000.000,00 | 0,6 | R$ 6.000,00 | R$ 72.000,00 |
| **25ª em diante** | R$ 1.000.000,00 | não se aplica | Saldo devedor dividido em até 96 parcelas R$ 9.041,67 (débitos não previdenciários)  Saldo devedor dividido em até 36 parcelas R$ 24.111,12 (débitos previdenciários) | R$ 999.999,36 |

2- Liquidação com a utilização de créditos:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Dívida Consolidada** | **Percentual (%)** | **Valor da parcela** | **Valor pago** |
| **1ª à 12ª** | R$ 1.000.000,00 | 0,5 | R$ 5.000,00 | R$ 60.000,00 |
| **13ª à 24ª** | R$ 1.000.000,00 | 0,6 | R$ 6.000,00 | R$ 72.000,00 |
| **25ª em diante** | R$ 1.000.000,00 | não se aplica | Saldo devedor dividido em até 60 parcelas R$ 14.466,67 (débitos não previdenciários)  Saldo devedor dividido em até 36 parcelas R$ 24.111,12 (débitos previdenciários) | R$ 999.999,60 |

3- Débitos retidos/descontados:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcela** | **Dívida Consolidada** | **Percentual (%)** | **Valor da parcela** | **Valor pago** |
| **1ª à 6ª** | R$ 1.000.000,00 | 3 | R$ 30.000,00 | R$ 180.000,00 |
| **7ª à 12ª** | R$ 1.000.000,00 | 6 | R$ 60.000,00 | R$ 360.000,00 |
| **13ª em diante** | R$ 1.000.000,00 | não se aplica | Saldo devedor dividido em até 12 parcelas R$ 38.333,34 | R$ 460.000,08 |